

POVOS TRADICIONAIS BRASILEIROS:

Um olhar para as
comunidades
Quilombolas do
estado do Piauí



Organização:

FUNARBE
FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES

UFV
Universidade Federal
de Viçosa

 **IPPDS**
Instituto de Políticas Públicas e
Desenvolvimento Sustentável

AKSAAM

Financiamento:

 **FIDA**
Investindo nas populações rurais

Realização:

FUNARBE

FUNDAÇÃO ARTHUR BERNARDES

UFV

Universidade Federal
de Viçosa



IPPDS

Instituto de Políticas Públicas e
Desenvolvimento Sustentável



AKSAAM

Financiamento:



Investindo nas populações rurais

Povos tradicionais brasileiros: um olhar para as comunidades Quilombolas do estado do Piauí

Realização:

Projeto AKSAAM – Adaptando Conhecimento para a Agricultura Sustentável e o Acesso a Mercados - IPPDS/UFV

Financiamento:

Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

Coordenador:

Marcelo José Braga

Autoras:

Elizângela Aparecida dos Santos

Rosimere Miranda Fortini

Ana Beatriz Pereira Sette

Coleta de dados: Elizângela Aparecida dos Santos

Mapas: Jayme Muzzi Duarte Júnior

Layout e Editoração: Déborah Médice

Capa e ilustrações: Déborah Médice

Revisão Gráfica: Déborah Médice

Revisão Linguística: Marcelo Lima

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa – Campus Viçosa**

S237p
2022

Santos, Elizângela Aparecida dos, 1993-
Povos tradicionais brasileiros [recurso eletrônico] : um
olhar para as comunidades quilombolas do estado do Piauí /
Elizângela Aparecida dos Santos, Rosimere Miranda Fortini,
Ana Beatriz Pereira Sette ; coordenador Marcelo José Braga
-- Viçosa, MG : IPPDS, UFV, 2022.
1 livro eletrônico (72 p.) : il. color.

Disponível em: <https://aksaam.ufv.br/pt-BR/publicacoes>

Bibliografia: p. 71-72.

ISBN 978-85-66148-26-8

1. Quilombolas - Piauí. 2. Projeto de desenvolvimento
agrícola – Piauí. 3. CadÚnico (Sistema de recuperação da
informação). 4. Agricultura - Assistência técnica – Piauí.
5. Política pública. I. Fortini, Rosimere Miranda, 1993-. II.
Sette, Ana Beatriz Pereira, 1993-. III. Braga, Marcelo
José. 1969-. IV. Universidade Federal de Viçosa. Instituto de
Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável. Projeto
Adaptando Conhecimento para a Agricultura Sustentável e o
Acesso a Mercados. V. Título.

CDD 22. ed. 305.896098122

Bibliotecária responsável: Alice Regina Pinto Pires CRB6 2523

Abreviações e Siglas

CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CASA APIS - Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro

COMAPI - Cooperativa Mista dos Apicultores da Microrregião de Simplicio Mendes

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CONGEP - Conselho Gestor do Projeto

EMATER-PI - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí

GPTE - Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SM - Salário Mínimo

PIP - Planos de Investimento Produtivo

PVSA - Projeto Viva o Semiárido

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SAF - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar

SICAR - Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural

OMS - Organização Mundial da Saúde

Quilombolas

Ô, moringa destampou,
Fogareiro que chiou,
Pau no pilão que retumbou.
Foi o galo que cocorocô
D'Angola que cacarejô,
Candeia que apagou,
Monjolo que rodamunhô,
Foi o dia que raiou!
Ô, Quilombo despertou,
Carapinha que pulou,
Foi batedor que começou.
Foi o milho que descarçoçou,
Mucama que caçarolou
O arado que arou,
O gado que nêgo ordenhou,
Foi preto que forriô!
Pega a faca
Decepa a cana,
Revira a moenda,
Garapa já rolou.
Pega a foice,
Tora a banana,
Derruba a pindoba
Que o teto já furou.
Que dá tempo,
Dá, pro batuque,
Porque Quilombola
Já não tem mais sinhô!



Composição: Paulo César
Pinheiro/ Sérgio Santos.



SUMÁRIO

Apresentação

1. Introdução

2. O que são as comunidades Quilombolas?

2.1 Definição

2.2 Reconhecimento do território Quilombola

2.3 Identificação e distribuição das comunidades Quilombolas no Brasil

3. A relação entre o conhecimento dos povos de comunidades Quilombolas e a preservação ambiental

3.1 Cadastro Ambiental Rural (CAR)

4. A importância da terra para as comunidades Quilombolas

4.1 Conflito de terras

5. As comunidades Quilombolas no estado do Piauí

6. O CadÚnico e as famílias Quilombolas do estado do Piauí

6.1 O CadÚnico no Brasil: origem, objetivo e aplicação

6.2 As famílias Quilombolas do estado do Piauí cadastradas no CadÚnico: quantitativo e características socioeconômicas

7. O apoio do FIDA às comunidades Quilombolas do estado do Piauí

7.1 Projeto Viva o Semiárido (PVSA) no estado do Piauí

7.2 Sisteminhas: uma das iniciativas do PVSA em comunidades Quilombolas

7.3 Depoimentos de beneficiárias dos programas do PVSA no Piauí

8. Considerações Finais

Referências

Apresentação

O projeto AKSAAM (Adaptando Conhecimento para a Agricultura Sustentável e o Acesso aos Mercados) iniciou-se em outubro de 2019 e é resultante do acordo de doação do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) para Fundação Arthur Bernardes (FUNARBE), sendo executado no Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS) da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

O AKSAAM tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável no meio rural, com foco na redução da pobreza rural e na promoção de segurança alimentar e nutricional, em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A gestão do conhecimento desempenha importante papel no projeto. Há um significativo esforço na sistematização, análise, adaptação e comparação de experiências de erradicação de pobreza e de desenvolvimento local. Especial ênfase é atribuída a inclusão produtiva de mulheres, jovens e Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Estes últimos tem um importante papel na preservação ambiental, da agrobiodiversidade e da cultura do país.

O Brasil apresenta uma multiplicidade de PCTs. Atualmente, são 28 grupos de indivíduos que se autodeclararam culturalmente diferenciados e apresentam procedimentos específicos de reprodução econômica, cultural, social, religiosa e ancestral econômica, conforme o decreto presidencial que criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos PCTs (PNPCT). Dentre

estes, citam-se as comunidades de quilombolas, indígenas, catingueiros, extrativistas, fundos e fecho de pasto, povos de terreiro e quebradeira de coco de babaçu. Segundo os dados do IBGE (2019), em 2019, existiam cerca de 5.972 comunidades quilombolas, distribuídas entre 1.672 municípios brasileiros. A região Nordeste concentrava 53% do total das localidades, seguida pelas regiões Sudeste (23%) e Norte (15%).

Apesar de um arcabouço legal; envolvendo a Constituição Federal, as convenções internacionais e os dispositivos jurídicos da PNPCT; que regulamenta os direitos dos PCTs, estes grupos continuam invisibilizados em nossa sociedade e encontram-se em vulnerabilidade sócio-econômica. Nesse sentido, o AKSAAM está lançando uma coleção de cartilhas com o objetivo de trazer um conjunto de informações sobre os povos e comunidades tradicionais, afim de trazer maior visibilidade sobre sua importância para a sociedade e apresentar os principais gargalos que os afetam. Além disso, pretende-se caracterizar as ações dos projetos FIDA junto a essas comunidades.

As primeiras cartilhas tratam da apresentação das comunidades quilombolas da Bahia e Piauí e das comunidades de fundo e fecho de pasto na Bahia. Acreditamos que os documentos possam contribuir para mostrar que há uma grande oportunidade para o Brasil transformar-se em referência no campo da sóciobiodiversidade.

Desejamos boa leitura do material!



1. Introdução

As comunidades tradicionais correspondem ao grupo de indivíduos culturalmente diferenciados que se autodeclaram como tais. Esses grupos possuem organizações sociais próprias, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas (Decreto Federal nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2000).

Entre as diversas comunidades tradicionais existentes no Brasil, há as comunidades Quilombolas, que são formadas atualmente por descendentes de escravizados de origem africana que vieram para o Brasil no Período Colonial (1530-1815). Assim, entre os séculos XVI e XIX, na época do Brasil Colônia e Império, a expressão “comunidade Quilombola” foi utilizada para identificar as unidades de apoio organizadas por povos africanos contrários ao sistema escravocrata.

Nesse sentido, a formação de comunidades Quilombolas representou, por um período, um movimento de transição da situação de escravo para produtor livre. Contudo, os povos dos Quilombos continuaram existindo mesmo após o fim da escravidão, mas, somente nas últimas décadas, passaram a ser vistos, de fato, como sujeitos de direitos, reconhecidos na Constituição de 1988¹, em tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil e em outras políticas públicas voltadas para essa população.

¹ Por meio do Decreto nº 4.887 de 20 de novembro 2003 e do Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro 2007.

Um estudo realizado pela Base de Informações Geográficas e Estatísticas do IBGE sobre os Indígenas e os Quilombolas estimou que, em 2019, existiam 5.972 localidades Quilombolas, distribuídas em 24 estados do Brasil. Em relação às regiões brasileiras, o Nordeste é onde se concentra o maior número de localidades Quilombolas: 3.171 comunidades.

As comunidades Quilombolas estão entre os grupos vulneráveis que são foco de atuação do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), principalmente na região Nordeste do Brasil. Especificamente no estado do Piauí, por meio do Projeto Viva o Semiárido (PVSA), as comunidades Quilombolas foram beneficiadas com ações que auxiliaram no incremento das atividades produtivas predominantes e no fortalecimento organizacional.

Essa atuação do FIDA no Piauí é muito importante, tendo em vista que esse estado possui um elevado nível de concentração de pobreza e desigualdade, além de seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ser considerado médio (0,646), classificado na posição 24ª entre as 27 unidades da Federação (PNUD-BRASIL, 2022).

Diante desse contexto, o objetivo desta cartilha é apresentar uma análise das comunidades Quilombolas do estado do Piauí e caracterizá-las, visando difundir esse modo de vida e proporcionar maior visibilidade nacional e internacional a essas comunidades. Além disso, há o intuito de divulgar as ações do FIDA, por meio do PVSA, no âmbito de algumas comunidades Quilombolas do Piauí.

Esta cartilha está dividida em mais sete seções, além desta parte introdutória. Na seção 2, são apresentadas a definição de comunidades Quilombolas e uma breve contextualização histórica, para explicar a formação dessas comunidades. Na seção 3, apresenta-se a relação entre o conhecimento dos povos de comunidades Quilombolas e a preservação ambiental. Já na seção 4, discute-se a importância da terra para as comunidades Quilombolas. Em seguida, na seção 5, disserta-se sobre as comunidades Quilombolas que estão localizadas no estado do Piauí. Na seção 6, é apresentada a caracterização das famílias Quilombolas do estado do Piauí que estão inscritas no Cadastro Único – CadÚnico, do Governo brasileiro. Na seção 7, são relatadas as ações do FIDA em apoio às comunidades Quilombolas do Piauí e, por fim, na seção 8, são apresentadas as considerações finais.





2. O que são as comunidades Quilombolas?

2.1 Definição

A princípio, os Quilombos foram definidos como locais físicos que abrigavam pessoas negras fugidas. Os Quilombos foram identificados como a materialização da resistência negra à escravização, à discriminação racial e ao preconceito (SILVA, 2012). Assim, predominou-se o significado do termo Quilombo como um espaço físico composto por povos guerreiros, que buscavam a proteção e a sobrevivência.

No entanto, a noção de Quilombo passou a ser identificada, posteriormente, com a ideia de pertencimento e de identidade dos povos tradicionais, atribuindo, além dos aspectos físicos, elementos simbólicos e subjetivos. Nesse sentido, as comunidades Quilombolas formadas nesses espaços físicos passaram a ser definidas da seguinte forma:

“As comunidades Quilombolas são grupos com identidade cultural própria e se formaram por meio de um processo histórico que começou nos tempos da escravidão no Brasil. Elas simbolizam a resistência a diferentes formas de dominação. Essas comunidades mantêm forte ligação com sua história e trajetória, preservando costumes e cultura trazidos por seus antepassados.” (BRASIL, 2015)

As áreas dos Quilombos podem estar localizadas na parte rural ou urbana, formadas por indivíduos que se

autodeclarem pertencentes às comunidades Quilombolas devido à sua ancestralidade, ao relacionamento entre o grupo e à identidade coletiva preservada. Essas comunidades são constituídas por forte laço de parentesco, herança familiar ou não, entre os indivíduos.



2.2 Reconhecimento do território Quilombola

O reconhecimento e a regularização dos direitos territoriais das comunidades Quilombolas dependem da legitimação do Estado para garantir suas bases territoriais (MOREIRA *et al.*, 2015). A partir de 1988, as comunidades negras rurais adquiriram uma nova perspectiva para a regularização fundiária² das áreas em que vivem, sendo consideradas como “comunidades Quilombolas” com direito a seus territórios. A partir de então, o reconhecimento dessas comunidades passa por um autorreconhecimento de sua identidade quilombola para, depois,

² Com a inserção do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), na Constituição Federal.

serem reconhecidas legalmente e terem a posse de seus territórios (SANTOS, 2008; MOREIRA *et al.*, 2015). A Fundação Cultural Palmares é responsável pela emissão do certificado de reconhecimento das comunidades Quilombolas, e o INCRA responsabiliza-se pela regularização fundiária do território³ (identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras) na esfera federal, havendo competência comum aos respectivos órgãos com relação às terras estaduais e municipais (SANTOS, 2008).



³ Tendo como base legal o Decreto Presidencial nº 4887/2003 e as Instruções Normativas (IN) Inbra nº 16/2004, atualmente regido pela IN Inbra nº 57/2009, instrumentos infraconstitucionais regulamentadores do Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. O cumprimento da IN Inbra nº 57/2009 requer a elaboração de um Relatório Técnico de Identificação e Demarcação de Terras Quilombolas (RTID), que orienta os procedimentos de identificação, delimitação, demarcação e titulação das terras.

Como é feita a Titulação de Território Quilombola?

Autodefinição quilombola

Para regularizar o seu território, a comunidade Quilombola deve apresentar ao Incra a Certidão de Autorreconhecimento, emitida pela Fundação Cultural Palmares.

Elaboração do RTID

Elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), que consiste no levantamento de informações cartográficas, fundiárias, agrônômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas. O RTID tem como finalidade identificar os limites das terras das comunidades remanescentes de Quilombos.

Publicação do RTID

Os interessados terão o prazo de 90 dias, após a publicação e as notificações, para contestarem o RTID junto à Superintendência Regional do Incra, apresentando provas pertinentes. Após o julgamento das contestações, caberá recurso único ao Conselho Diretor do Incra Sede, no prazo de 30 dias a contar da notificação.

Portaria de reconhecimento

A fase de identificação do território é encerrada com a publicação da portaria do Presidente do Incra, que reconhece os limites do território quilombola no Diário Oficial da União e dos estados.

Decreto de Desapropriação

Havendo imóveis privados (títulos ou posses) incidentes no território, é necessária a publicação de Decreto Presidencial de Desapropriação por Interesse Social.

Titulação

O Presidente do INCRA realizará a titulação mediante a outorga de título coletivo, imprescritível e pró-indiviso a comunidade, em nome de sua associação legalmente constituída, sem nenhum ônus financeiro. Assim, é proibida a venda e penhora do território

Fonte: INCRA (2020)

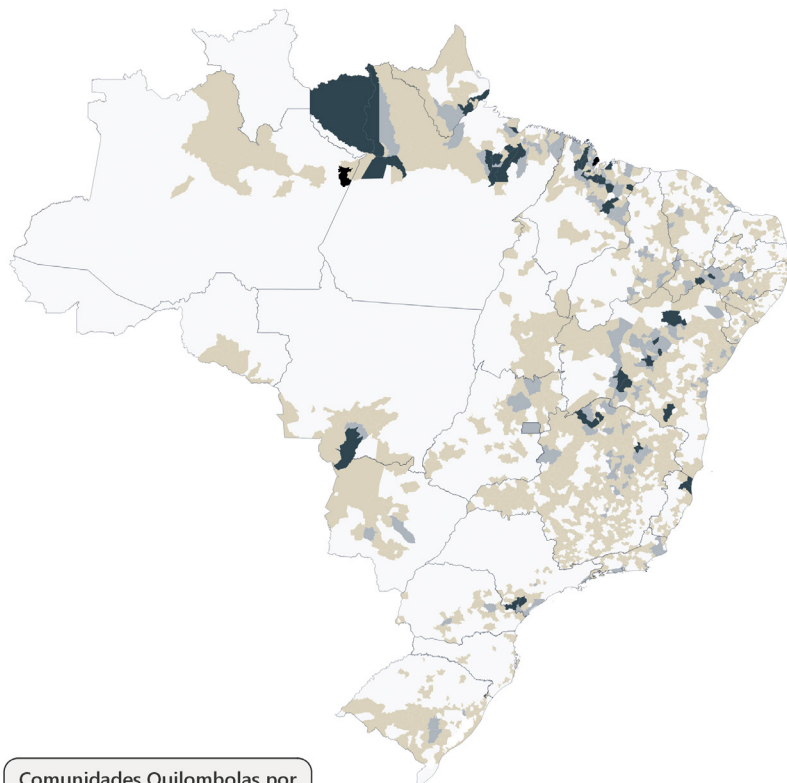
2.3. Identificação e distribuição das comunidades Quilombolas no Brasil

No Brasil, as comunidades Quilombolas são múltiplas e distribuem-se ao longo do extenso território nacional. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que, em 2019, existiam cerca de 5.972 localidades Quilombolas, distribuídas entre 1.672 municípios brasileiros.

A região Nordeste apresenta o maior número de localidades Quilombolas: 3.171. Em relação às demais regiões brasileiras, constata-se que no Sudeste existe cerca de 1.359; na região Norte, 873 comunidades; e nas regiões Sul e Centro-Oeste, cerca de 319 e 250 comunidades Quilombolas, respectivamente (IBGE, 2019).



Identificação e distribuição das comunidades Quilombolas no Brasil



Comunidades Quilombolas por Municípios Brasileiros

- Nenhuma Comunidade
- 1 a 6 Comunidades
- 6 a 16 Comunidades
- 16 a 45 Comunidades
- 45 a 167 Comunidades

Fonte: IBGE (2020)

3. A relação entre o conhecimento dos povos de comunidades Quilombolas e a preservação ambiental

Os Quilombos, assim como as aldeias indígenas, são historicamente essenciais para a garantia da preservação ambiental e do controle do efeito estufa, pois apresentam, por costume, uma relação saudável e sustentável com o meio ambiente. Os territórios quilombolas são os locais com maior conservação da natureza, por se constituírem como agrupamentos de pessoas cujo fundamento de interação com o meio ambiente não está voltado para fins econômicos (CONAQ, 2022).

Detentoras de saberes tradicionais próprios, as comunidades Quilombolas possuem como base a subsistência, por meio de plantio e colheita em seus territórios. Assim, o conhecimento passado de geração em geração faz com que as comunidades Quilombolas reconheçam a importância da preservação ambiental. Além da conservação ambiental presente nas áreas dos Quilombos, há também a geração de biodiversidade. Portanto, o modo de vida da população Quilombola é baseado no uso racional e sustentável dos recursos naturais disponíveis, com zelo pelas nascentes de rios e pelas matas inseridas nos territórios (CONAQ, 2022).

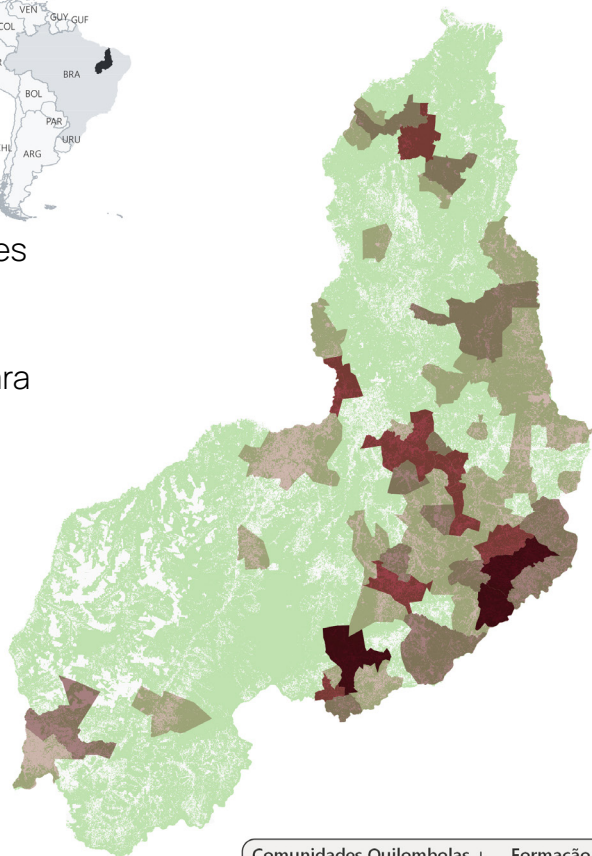


“As comunidades remanescentes de Quilombo se adaptaram a viver em regiões por vezes hostis. Porém, mantendo suas tradições culturais, aprenderam a tirar seu sustento dos recursos naturais disponíveis ao mesmo tempo em que se tornaram diretamente responsáveis por sua preservação, interagindo com outros povos e comunidades tradicionais tanto quanto com a sociedade envolvente. Seus membros são agricultores, seringueiros, pescadores, extrativistas e, dentre outras, desenvolvem atividades de turismo de base comunitária em seus territórios, pelos quais continuam a lutar” (PALMARES FUNDAÇÃO CULTURAL).

Distribuição das comunidades Quilombolas na área de formação natural conservada do estado do Piauí



As comunidades Quilombolas são de grande importância para a geração da biodiversidade e para a conservação natural dos ecossistemas.



Comunidades Quilombolas existentes no Piauí

- Nenhuma Comunidade
- 1 e 2 Comunidades
- 2 a 5 Comunidades
- 5 a 8 Comunidades
- 8 a 11 Comunidades

Formação Natural Conservada

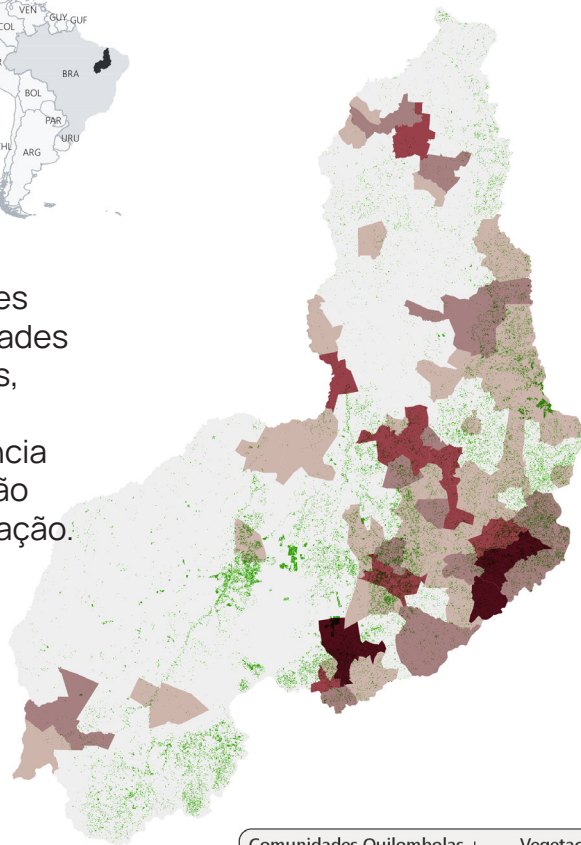
- Formação Natural ¹
- ¹ Formação Florestal e Formação Savânica

Fonte: MAPBIOMAS (2020)

Distribuição das comunidades Quilombolas na área de vegetação em recuperação do estado do Piauí



Nas áreas pertencentes às comunidades Quilombolas, há maior predominância de vegetação em recuperação.



Fonte: MAPBIOMAS (2019)

Comunidades Quilombolas existentes no Piauí

- Nenhuma Comunidade
- 1 e 2 Comunidades
- 2 a 5 Comunidades
- 5 a 8 Comunidades
- 8 a 11 Comunidades

Vegetação em Recuperação

- Vegetação em Recuperação ¹

¹ Considerando uma série histórica de 1988 a 2018

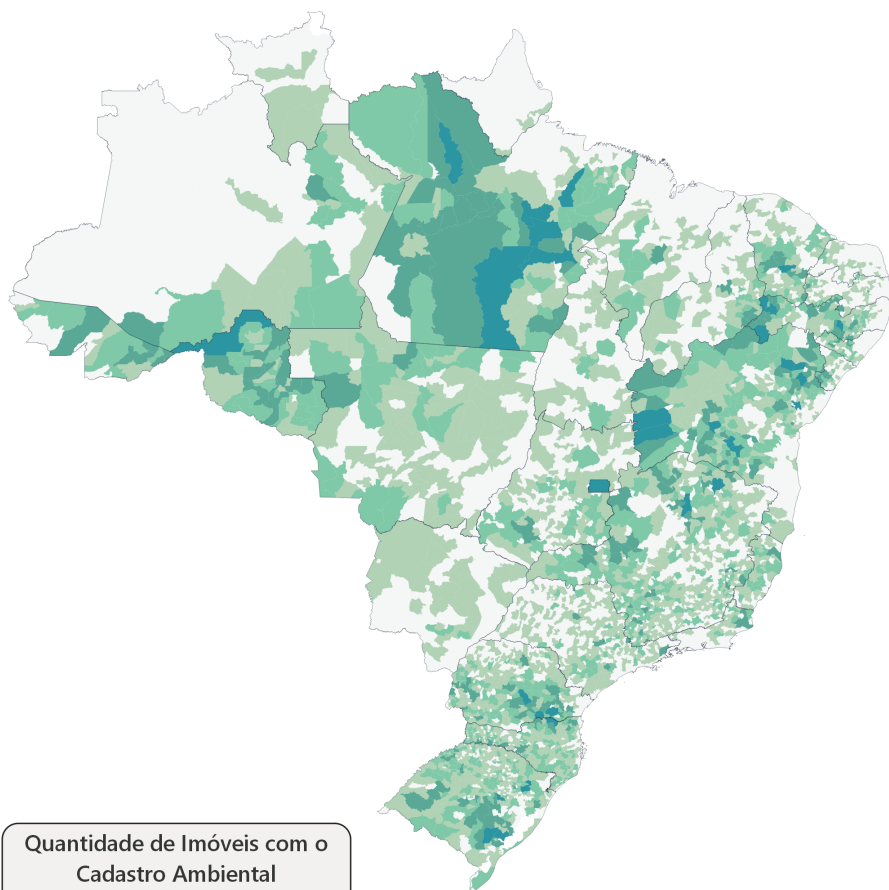
3.1. Cadastro Ambiental Rural (CAR)

O Cadastro Ambiental Rural (CAR)⁴ é um instrumento fundamental de registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais, que visa auxiliar a administração pública no processo de regularização ambiental. Esse registro eletrônico possui informações referentes a localização de áreas de preservação permanente, de reservas legais, de áreas remanescentes de vegetação nativa, de áreas de uso restrito e de áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país. Por meio do CAR, é possível controlar, monitorar e combater o desmatamento das florestas brasileiras e demais vegetações nativas do país. O CAR visa garantir que não falte recursos naturais para os produtores, além de permitir o acesso a diversos programas rurais.

O Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) integra o CAR de todas as unidades federativas do Brasil. Atualmente, existem mais de 7 milhões de inscritos, o que corresponde a quase 540 hectares de imóveis rurais cadastrados (ANALISACAR, 2021).

4 Criado por meio da Lei Federal nº 12.64/12 e do Decreto nº 7.830/12, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

Cadastro Ambiental Rural (CAR)



**Quantidade de Imóveis com o
Cadastro Ambiental
Rural (CAR) realizado**

- 1 a 602 Imóveis
- 602 a 1.380 Imóveis
- 1.380 a 2.546 Imóveis
- 2.546 a 5.014 Imóveis
- 5.014 a 12.657 Imóveis

Fonte: Sistema Nacional de
Cadastro Ambiental Rural (2022)

No entanto, para os povos Quilombolas, o acesso ao CAR ainda é limitado devido à falta de recursos, à ausência de terras com titulação e à incompatibilidade no registro. Para os Quilombolas, inicialmente, a orientação era de que o cadastro dos imóveis fosse limitado à área ocupada pelas famílias e não a área total do território do uso tradicional, restringindo o direito pelo território. Além disso, para os Quilombolas e demais povos tradicionais, é necessário que o CAR seja de forma coletiva e não individual (CONAQ, 2021). Assim, diversas comunidades Quilombolas reuniram-se por conta própria nos estados Piauí e Tocantins para a regularização do CAR em suas propriedades. No Piauí, o cadastramento próprio iniciou-se em 2016 e até o final de 2017 foram realizados 20 CAR dos Quilombos (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2021). Atualmente, novas orientações e cadastros vêm sendo realizados em defesa dos territórios Quilombolas.

4. A importância da terra para as comunidades Quilombolas

Entre as diversas reivindicações das comunidades Quilombolas, a luta relacionada ao direito às terras é uma das principais pautas. Para os Quilombolas, a terra representa muito mais do que uma questão material. A terra é tida como um elemento simbólico, responsável pela relação social e pela própria identificação de pertencimento ao grupo (LEITE, 2000).

As famílias não existem sem a terra, e a terra não existe sem as famílias. Assim, há uma interdependência entre esses elementos. A separação entre famílias e terras representaria a perda das conquistas históricas dos antepassados e, portanto, a perda da identidade dos Quilombolas (SANTOS; FERREIRA, 2019).

Para os Quilombolas, obter a titulação da terra significa que a liberdade foi conquistada. O espaço territorial

presente nos Quilombos representa um local de trajetória dos seus antepassados, um laço de pertencimento e um simbolismo de luta e de cultura (SANTOS; FERREIRA, 2019).

A liberdade negada aos seus antepassados está presente nos territórios Quilombolas. A terra é símbolo de vida. Reconhecer o direito à terra às comunidades Quilombolas significa respeitar suas histórias.



4.1. Conflitos de Terras

Conflitos de terras envolvendo as comunidades Quilombolas são muito comuns devido a não regularização de suas terras diante da especulação imobiliária e da ampliação das áreas destinadas ao agronegócio. Geralmente, esses conflitos são acompanhados de violência (física e mental), ocorrendo episódios de incêndios criminosos, que acabam destruindo as habitações e os locais de produção e de subsistência dessas comunidades. Na ocorrência de conflitos de terra que envolve o território Quilombola, as comunidades, pressionadas, desestruturam-se das suas formas iniciais de organização espacial para se protegerem das ameaças e agressões. Dessa forma, podem se dispersar, ou se concentrar, dependendo da situação imposta (MOREIRA *et al.*, 2015)

5. As comunidades Quilombolas no estado do Piauí

No Brasil, o próximo Censo Demográfico investigará, pela primeira vez, o pertencimento étnico-racial da população Quilombola domiciliada em áreas pré-cadastradas pelo IBGE, o que permitirá a produção de estatísticas oficiais sobre essa população.

Para identificar essas áreas pré-cadastradas, o IBGE realizou o mapeamento das localidades indígenas e Quilombolas, a partir de quatro pressupostos fundamentais:

- adoção dos limites dos territórios oficialmente delimitados pelos órgãos responsáveis;
- identificação de agrupamentos de domicílios ocupados por indígenas e por Quilombolas, considerando-se o princípio da autoidentificação;
- identificação de outras localidades que não atendam aos critérios anteriores, mas que sejam ocupadas por indígenas ou por Quilombolas; e
- consulta aos representantes dos indígenas e dos Quilombolas em todas as etapas do processo.

Nesse sentido, segundo informações da Base Territorial Censitária do IBGE, após o mapeamento, identificou-se que o estado do Piauí é composto por: 13 territórios Quilombolas oficialmente delimitados e definidos em setores censitários, 90 agrupamentos Quilombolas definidos em setores censitários e 112 localidades Quilombolas.

Entenda a diferença:

Territórios Quilombolas oficialmente

delimitados são as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos Quilombos e utilizadas para reprodução cultural, física, social e econômica.

Agrupamento Quilombola

é o conjunto de 15 ou mais indivíduos Quilombolas em uma ou mais moradias contíguas espacialmente que estabeleçam vínculo familiares ou comunitários, podendo ser ou não certificados.

Localidades

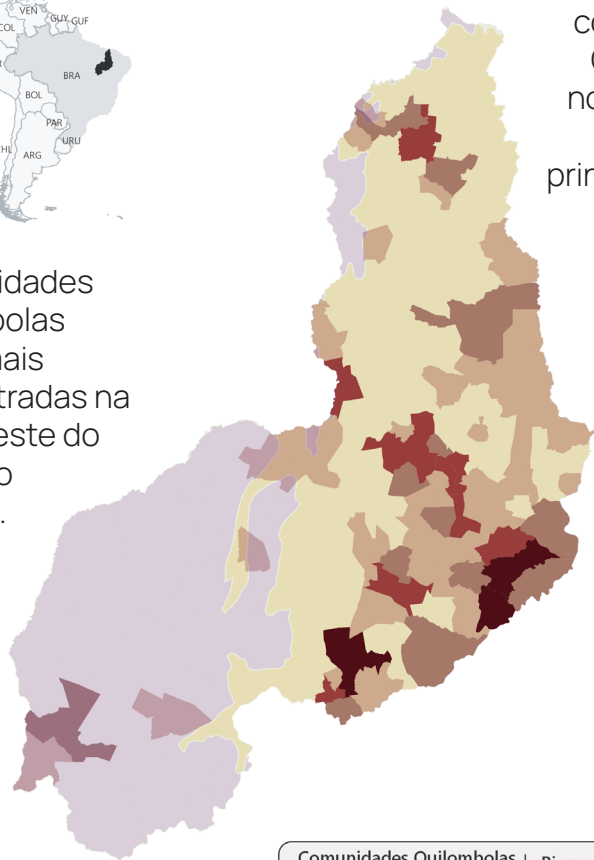
Quilombolas apresentam uma configuração mais dispersa (mais de 50 metros entre os domicílios), podendo estar no entorno de áreas Quilombolas delimitadas ou de agrupamentos ou de locais onde é provável a existência de indivíduos Quilombolas, segundo bancos de dados e registros administrativos de outros órgãos e organizações da sociedade civil.

Distribuição das comunidades Quilombolas no estado do Piauí dividido por biomas



As localidades Quilombolas estão mais concentradas na região leste do território do Piauí.

As áreas das comunidades Quilombolas no Piauí estão inseridas, principalmente, no Bioma da Caatinga.



Comunidades Quilombolas existentes no Piauí

- Nenhuma Comunidade
- 1 e 2 Comunidades
- 2 a 5 Comunidades
- 5 a 8 Comunidades
- 8 a 11 Comunidades

Biomas do Piauí

- Caatinga
- Cerrado

Fonte: IBGE (2020)

6. O CadÚnico e as famílias Quilombolas do estado do Piauí

6.1. O CadÚnico no Brasil: origem, objetivo e aplicação

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal⁵ (CadÚnico) foi criado em 2001, por meio do Decreto nº 3.887. Essa é uma iniciativa do Governo Federal brasileiro para identificar e caracterizar socioeconomicamente as famílias brasileiras em situação de pobreza ou de extrema pobreza. Para o cadastro, são obtidas informações sobre todo o núcleo familiar, características do domicílio, formas de acesso a serviços públicos essenciais e dados de cada um dos membros das famílias cadastradas.

Em 2007, por meio do Decreto nº 6.135 de 26 de junho, ficou determinado que a execução e a manutenção do CadÚnico passaria a ser responsabilidade compartilhada entre as esferas federal, estadual e municipal, além do Distrito Federal. Na esfera federal, o Ministério da Cidadania é o órgão responsável, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único. A função dos estados é ofertar apoio técnico aos municípios na gestão do CadÚnico. Já o papel da gestão municipal, incluindo o Distrito Federal, é identificar as famílias de baixa renda, realizar o cadastramento, registrar os dados na base nacional do CadÚnico, atualizar as informações e analisar as inconsistências.

5 Todas as informações desta página foram retiradas do site: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico>. Acesso em: 25 abr. 2022.

Público-alvo do CadÚnico e período de coleta dos dados



No CadÚnico, o público-alvo engloba quem:

- ganha até meio salário mínimo por pessoa; ou
- ganha até três salários mínimos de renda mensal total; ou
- possui renda maior que três salários mínimos, desde que o cadastramento esteja vinculado à inclusão em programas sociais nas três esferas do governo.

As famílias que possuem renda superior a três salários mínimos podem ser incluídas no CadÚnico, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, estados ou municípios. Pessoas que moram sozinhas e aquelas que vivem em situação de rua também podem realizar o cadastro. Logo, o público-alvo do CadÚnico são as famílias de baixa renda, e sua abrangência geográfica são todos os municípios brasileiros.

Em relação à coleta de dados pelo CadÚnico, não há uma época específica para isso, pois esse procedimento deve ser realizado diariamente pela gestão municipal, tanto no que se refere à inclusão das famílias quanto à atualização de suas informações. Já a divulgação do perfil das famílias beneficiárias do CadÚnico é realizada anualmente.

A diversidade social brasileira por meio do CadÚnico

O CadÚnico⁶ proporciona a identificação de parte da diversidade social brasileira. Esse processo é conhecido como Cadastramento Diferenciado, definido no artigo 24, da Portaria MDS nº 177, de 16 de junho de 2011. Por meio desse cadastramento, é possível dar uma atenção especial às famílias de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE), uma vez que vivem em locais distantes do núcleo municipal e possuem pouco acesso a políticas públicas. Nesse caso, são as próprias famílias que se autodeclararam pertencentes a um ou mais GPTE.

A correta identificação e a classificação dessas famílias é importante, visto que possibilita o conhecimento das reais necessidades dos grupos e permite o desenvolvimento de políticas e programas sociais mais efetivos. No CadÚnico, são identificados 15 GPTE, que foram agregados em quatro categorias:

Origem étnica

- Famílias indígenas
- Famílias Quilombolas
- Famílias ciganas
- Famílias pertencentes a comunidades de terreiro

Relacionados ao meio ambiente

- Famílias extrativistas
- Famílias de pescadores artesanais
- Famílias ribeirinhas

Relacionados ao meio rural

- Famílias assentadas da Reforma Agrária
- Famílias acampadas
- Famílias de agricultores familiares
- Famílias beneficiárias do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF)

Em situações conjunturais

- Famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura
- Famílias de presos do sistema carcerário
- Famílias de catadores de material reciclável
- Famílias de pessoas em situação de rua

6 Informações disponíveis em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/servicos/cadastro-unico/gestao-do-cadastro-unico-1/processo-de-cadastramento/cadastramento-diferenciado>. Acesso em: 24 abr. 2022.

6.2 As famílias Quilombolas do estado do Piauí cadastradas no CadÚnico: quantitativo e características socioeconômicas

No CadÚnico, as famílias Quilombolas estão entre os 15 GPTE, especificamente, na categoria “origem étnica”. Para a realização do Cadastro Único, são consideradas famílias Quilombolas aquelas que assim se autodeclararem, e isso independe da cor ou da raça. Ademais, não é necessário que o território em que a família reside tenha sido titulado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas é preciso que seja certificado pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Logo, a listagem do Ministério da Cidadania obedece aos critérios de autodeclaração e de certificação pela FCP.

Nesse contexto, o responsável familiar inscrito no CadÚnico deve informar o nome da comunidade Quilombola da qual a família faz parte. Caso o nome da comunidade Quilombola não esteja na lista do Ministério da Cidadania, o gestor municipal deve solicitar a inclusão ao Ministério.



32.554.336

famílias brasileiras foram cadastradas em 2021, segundo dados do CadÚnico.

228.047

autodeclararam-se Quilombolas e foram cadastradas no CadÚnico, na categoria “família Quilombola”, representando 0,7% do total de famílias cadastradas.

Referência: dezembro de 2021.



72%

das famílias Quilombolas do Brasil cadastradas no CadÚnico estão localizadas na região Nordeste do Brasil.



Entre os estados que compõem a região Nordeste, o Piauí possui

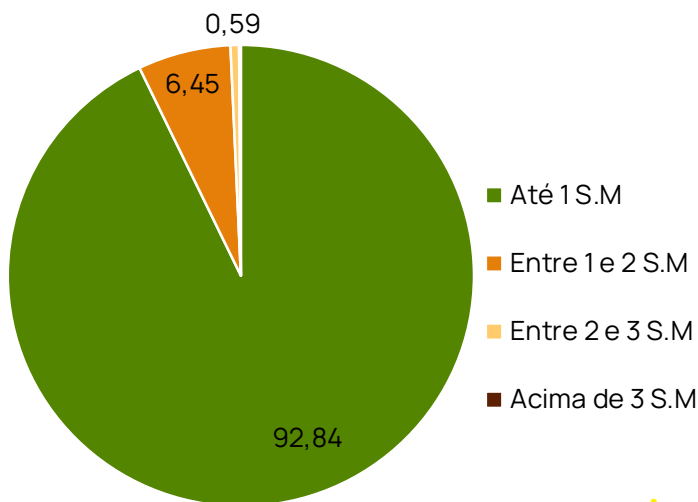
6.439

famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, o que corresponde a 4% do total de famílias Quilombolas cadastradas da região Nordeste. Essas famílias Quilombolas englobam cerca de 18.210 pessoas, de acordo com dados de dezembro de 2021.



Entre as 6.439 famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico do estado do Piauí, 5.978 recebem até 1 salário mínimo (S.M) mensal; e apenas 8 famílias recebem mais de 3 salários mínimos.

Percentual de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, por intervalo de salários mínimos recebidos

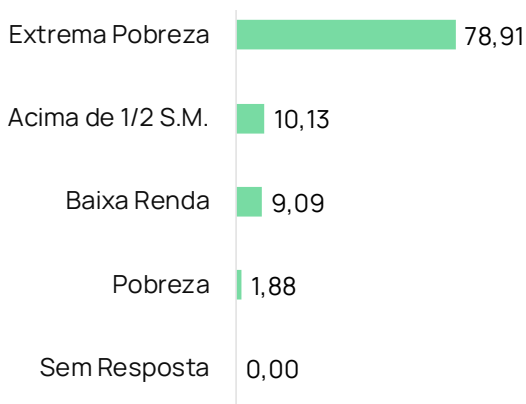


Fonte: CadÚnico (2021).



Referência: dezembro de 2021.

Percentual de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, por faixa de renda familiar per capita



Fonte: CadÚnico (2021).

A maioria das famílias Quilombolas do estado do Piauí cadastradas no CadÚnico estão em situação de extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 89,00), e 1,9% estão em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa entre R\$89,01 e R\$ 178,00).

Um das limitações da base de dados do CadÚnico é a autodeclaração e o fato de não englobar totalmente as pessoas em situação de pobreza no Brasil. Há a possibilidade de algumas famílias que estão em situação de baixa renda ainda não estarem cadastradas por não terem conseguido acessar os centros de cadastramento, por não possuírem documentação ou ainda por deixarem alguns campos do cadastro sem preencher.

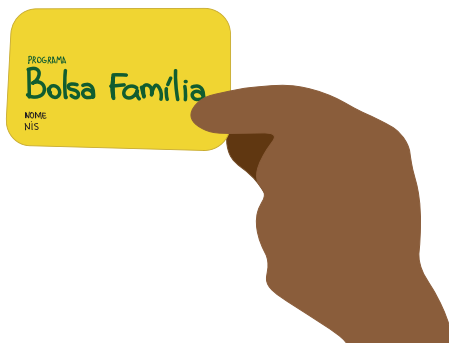
Referência: dezembro de 2021

Entretanto, mesmo com essas limitações, o CadÚnico é considerado confiável, uma vez que é o principal instrumento para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas e benefícios sociais nos âmbitos federal, estadual e municipal. Além disso, ressalta-se que o cadastramento no CadÚnico não significa a inclusão automática da família nos programas sociais, pois a seleção para esses programas ocorre em conformidade com critérios e procedimentos de cada um deles.

Em dezembro de 2021, constatou-se que

80%

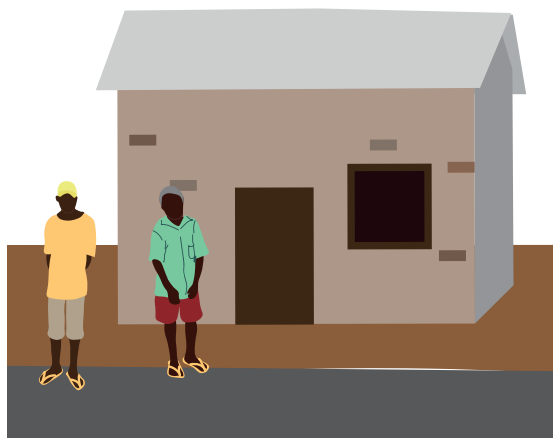
das famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico no Piauí foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.



Referência: dezembro de 2021.

87%

dos domicílios das famílias Quilombolas do estado do Piauí estão localizados na área rural, e 13% na área urbana.

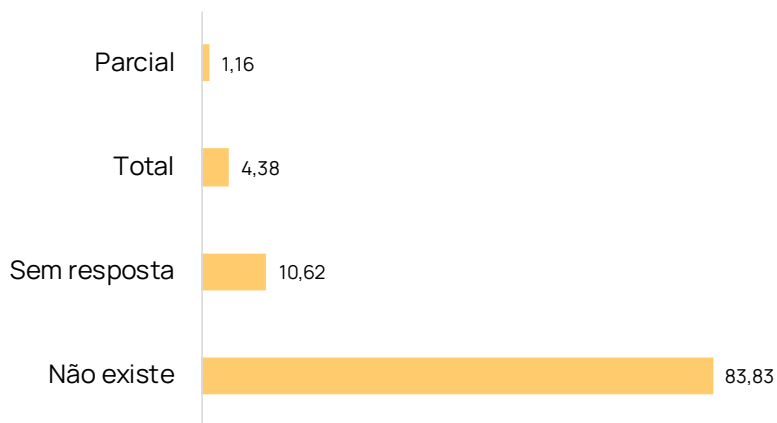


5.755

domicílios são considerados particulares permanentes das famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico no Piauí. O restante classifica-se como particular improvisado (570 domicílios) e coletivo (140 domicílios).

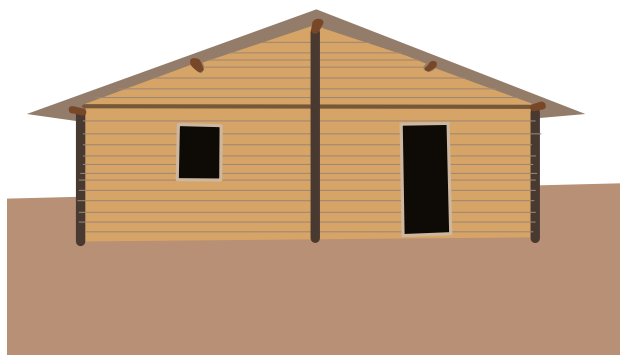
Referência: dezembro de 2021.

Percentual de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, por existência de calçamento na localidade do domicílio

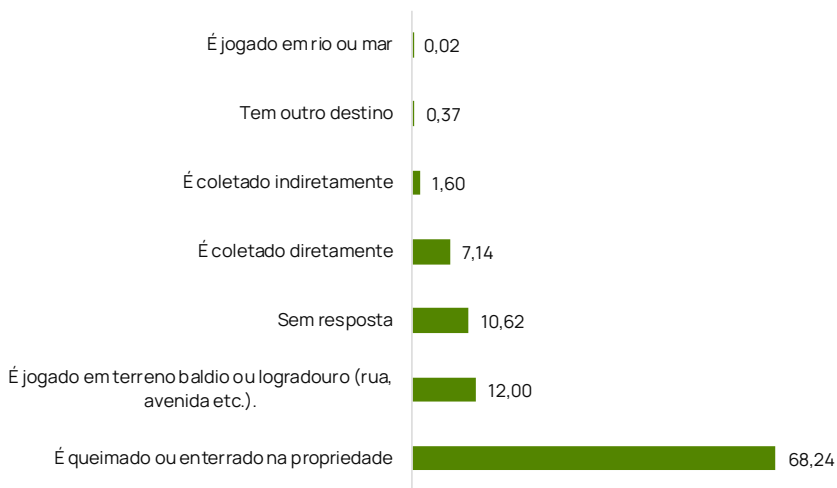


Fonte: CadÚnico (2021)

A falta de calçamento é realidade para a maioria das famílias Quilombolas do estado do Piauí.



Percentual de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, por formas de coleta de lixo dos domicílios



Fonte: CadÚnico (2021)

No Piauí, 68% das famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico queimam/enterram o lixo nas suas respectivas propriedades. Por outro lado, apenas 7% têm a coleta do lixo realizada diretamente.

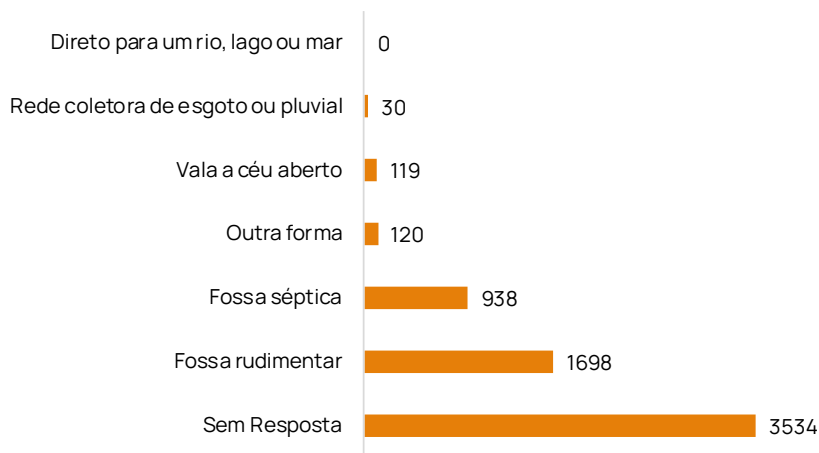


44%

dos domicílios das famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, NÃO possuem banheiros.



Número de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, por formas de escoamento sanitário dos domicílios

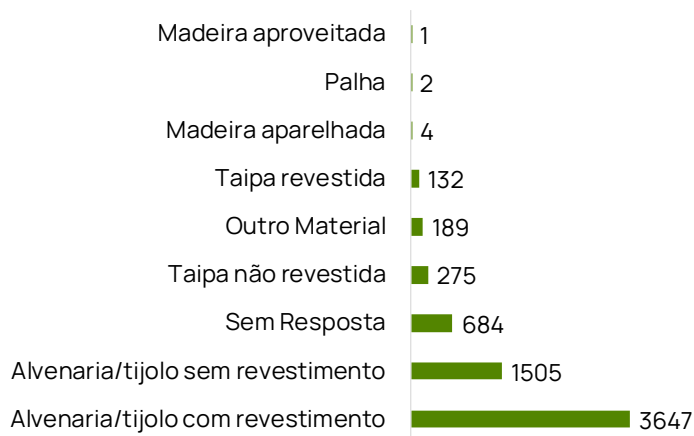


Fonte: CadÚnico (2021)

Entre aqueles que responderam sobre a forma de escoamento sanitário, a maior parte citou fossa rudimentar e séptica.

Referência: dezembro de 2021.

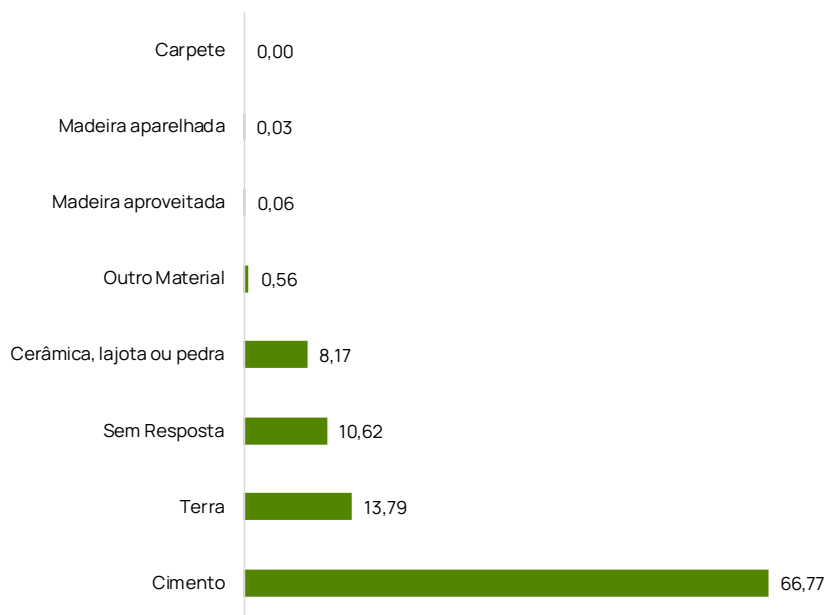
Número de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, por tipo de material de revestimento das paredes dos domicílios



Fonte: CadÚnico (2021)

Do total de domicílios Quilombolas, 3.647 apresentam material de alvenaria/tijolo, com revestimento nas paredes externas das casas, representando mais da metade dos domicílios.

Percentual de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, por tipo de material de piso dos domicílios

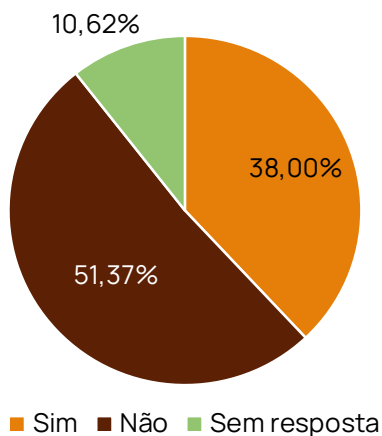


Fonte: CadÚnico (2021)

Em relação aos tipos de piso dos domicílios, observa-se que 67% são de cimento. No entanto, há um percentual expressivo com terra (14%).

Referência: dezembro de 2021.

Percentual de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, por presença de água canalizada no domicílio

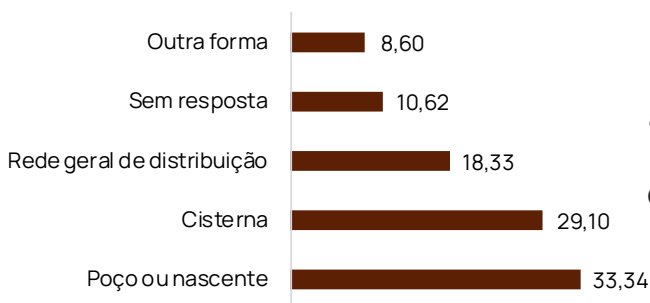


Observa-se que em mais da metade dos domicílios das famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, não há água canalizada.



Fonte: CadÚnico (2021)

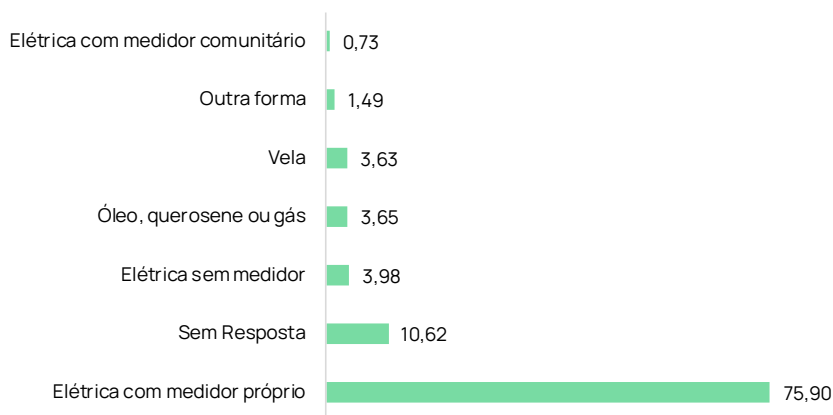
Percentual de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, por formas de abastecimento de água no domicílio



Entre as formas de abastecimento de água no domicílio, os poços, as nascentes e as cisternas são as principais fontes.

Fonte: CadÚnico (2021)

Percentual de famílias Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, por tipo de fonte de iluminação presente nos domicílios



Fonte: CadÚnico (2021)

Ainda há domicílios que utilizam vela (3,6%) e óleo, querosene ou gás (3,7%) como fontes de energia, apesar de a maioria (76%) utilizar energia elétrica com medidor próprio.

Referência: dezembro de 2021

Percentual de pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, conforme autodeclaração de cor ou raça

Parda



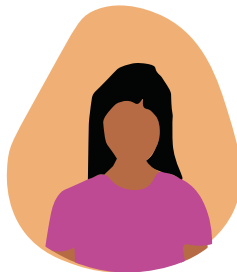
64%

Preta



30%

Indígena



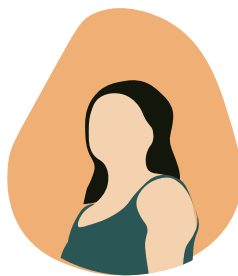
5%

Amarelo



0,8%

Branca

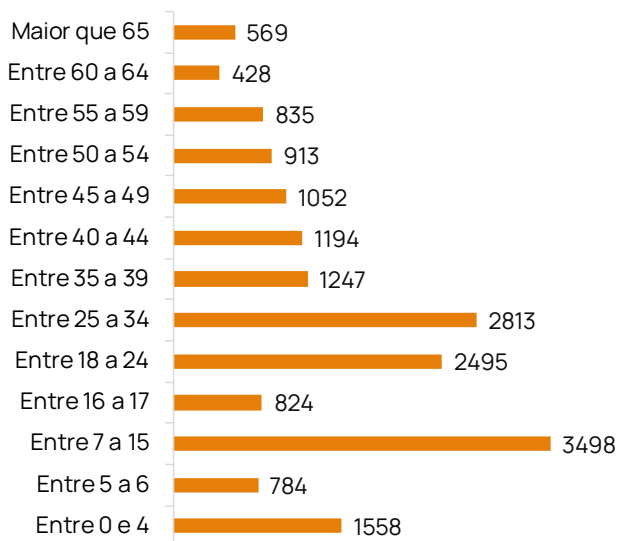


0,2%

Fonte: CadÚnico (2021)

Referência: dezembro de 2021

Número de pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, segundo a faixa etária



Fonte: CadÚnico (2021)

A maior parte das pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, são crianças (7 a 15 anos) e jovens/adultos (18 a 34 anos).



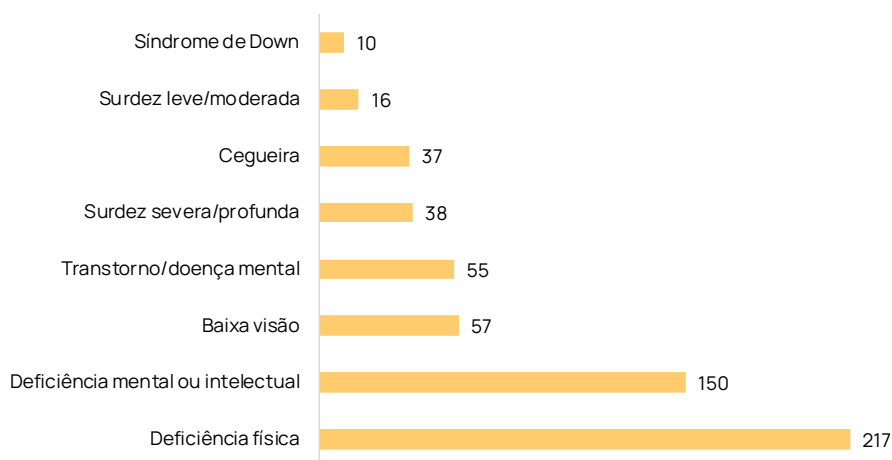
52%

das pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, são do sexo feminino.

Referência: dezembro de 2021

Aproximadamente 3% das pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, apresentam alguma deficiência. Dentre as deficiências mencionadas, a física e a mental/intelectual são as mais recorrentes.

Número de pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, por tipo de deficiência



Fonte: CadÚnico (2021)

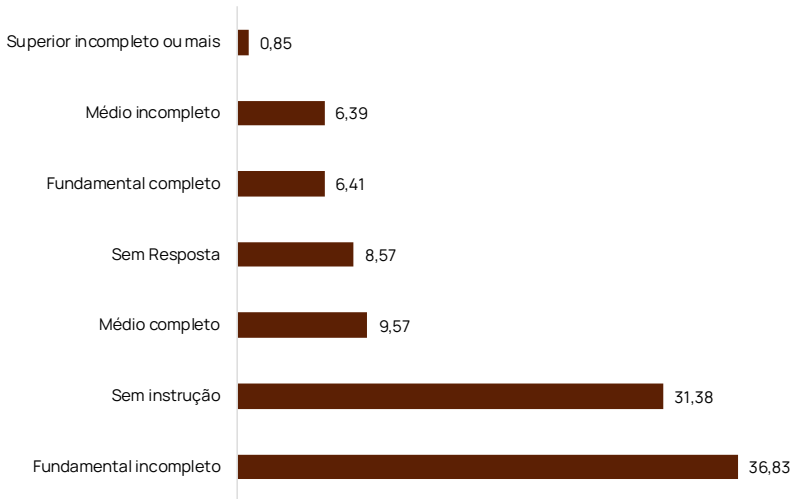
Referência: dezembro de 2021

64%



das pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, sabem ler e escrever. Contudo, há ainda um percentual expressivo (36%) de analfabetos.

Percentual de pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, segundo a escolaridade



Fonte: CadÚnico (2021)

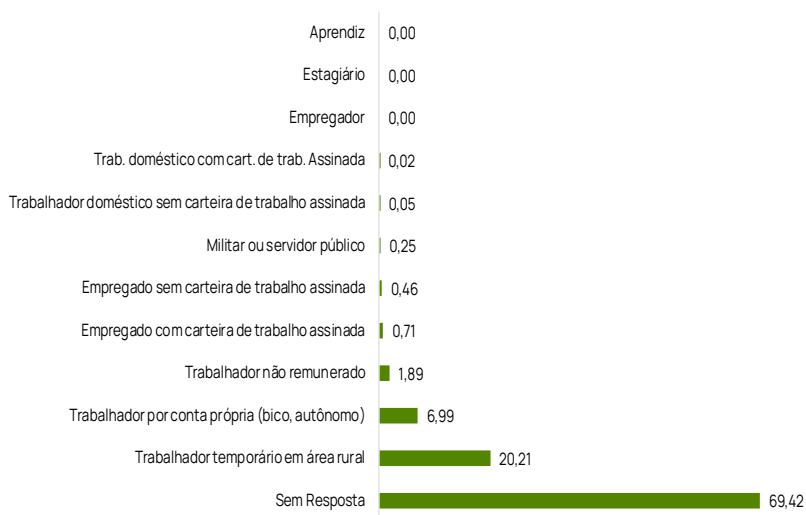
Referência: dezembro de 2021

30%

das pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, realizaram trabalho remunerado. Entre as principais funções exercidas por essas pessoas Quilombolas, o trabalho temporário rural foi o mais citado.



Percentual de pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, segundo funções principais do trabalho realizado

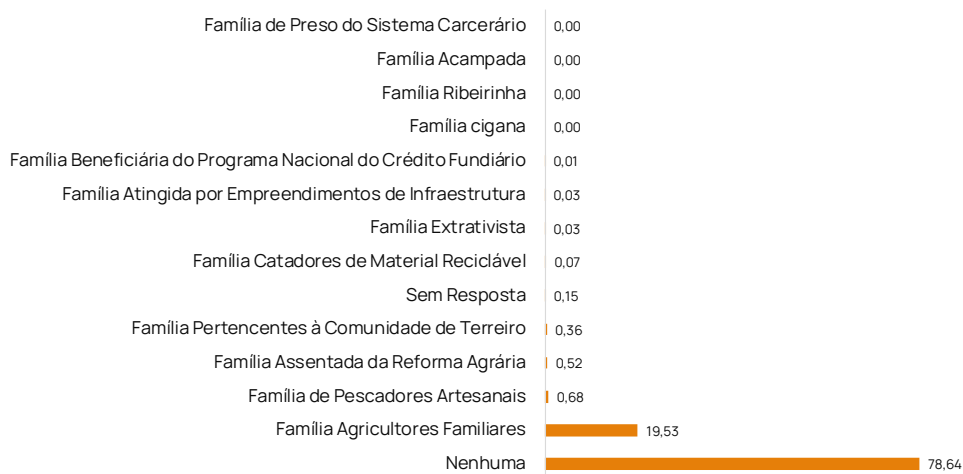


Fonte: CadÚnico (2021)

Referência: dezembro de 2021

Entre os grupos populacionais tradicionais e específicos, cerca de 19,5% das pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, classificam-se também como agricultores familiares. A maioria dos Quilombolas não se considera pertencente a um grupo tradicional populacional específico.

Percentual de pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, segundo a classificação dos grupos populacionais tradicionais e específicos



Fonte: CadÚnico (2021)

Além disso, 24,7% das pessoas Quilombolas cadastradas no CadÚnico, no estado do Piauí, alegam realizar atividade extrativista, embora essa não seja a única atividade exercida por elas.

Referência: dezembro de 2021

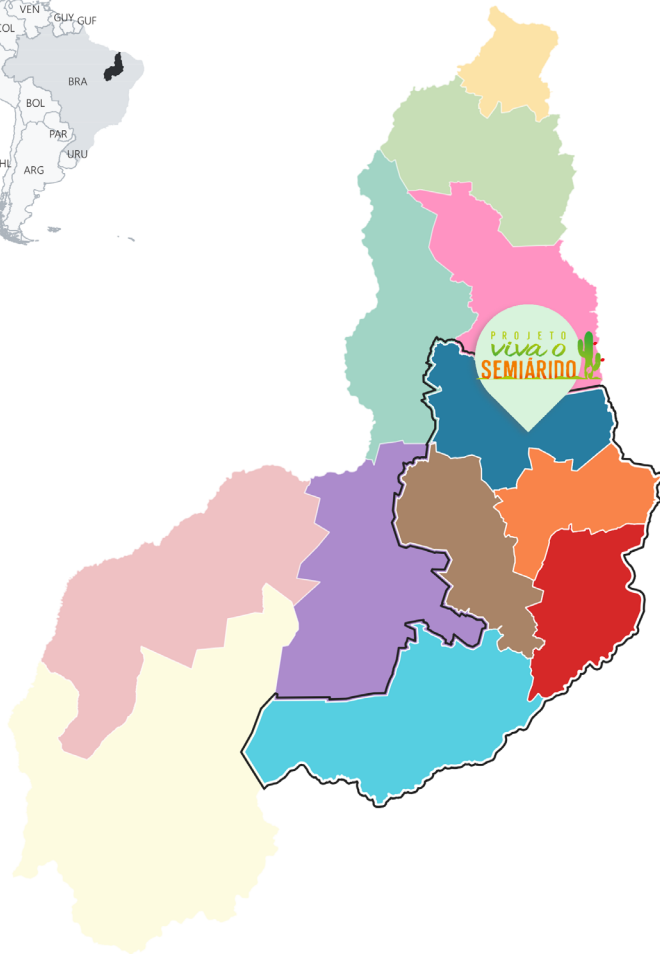
7. Apoio do FIDA às comunidades Quilombolas do estado do Piauí

7.1 Projeto Viva o Semiárido no estado do Piauí



No Piauí, o FIDA, em parceria com o Governo do Estado, desenvolveu o Projeto Viva o Semiárido (PVSA), com o intuito de reduzir a pobreza, aumentar a produção e melhorar o padrão de vida das populações com maior nível de carência social e econômica, no meio rural do Semiárido Piauiense, por intermédio do incremento das atividades produtivas predominantes, da geração de renda e do fortalecimento organizacional das famílias rurais.

O PVSA atua em 89 municípios do Piauí, beneficiando cerca de 23.000 famílias, com as mais variadas atividades, como inclusão produtiva, avicultura, apicultura, ovinocaprino cultura e piscicultura. O investimento total do PVSA é da ordem de 40 milhões de dólares, aproximadamente R\$ 200 milhões.



Territórios Identidade do Estado do Piauí

- | | |
|--------------------|---------------------------------|
| Planície Litorânea | Chapada Vale do Rio Itaim |
| Cocais | Vale do Canindé |
| Entre Rios | Vale dos Rios Piauí e Itaueiras |
| Carnaubais | Serra da Capivara |
| Vale do Sambito | Alto Parnaíba |
| Vale do Guaribas | Chapada das Mangabeiras |

Atuação do Projeto Viva o Semiárido

- Projeto Viva o Semiárido

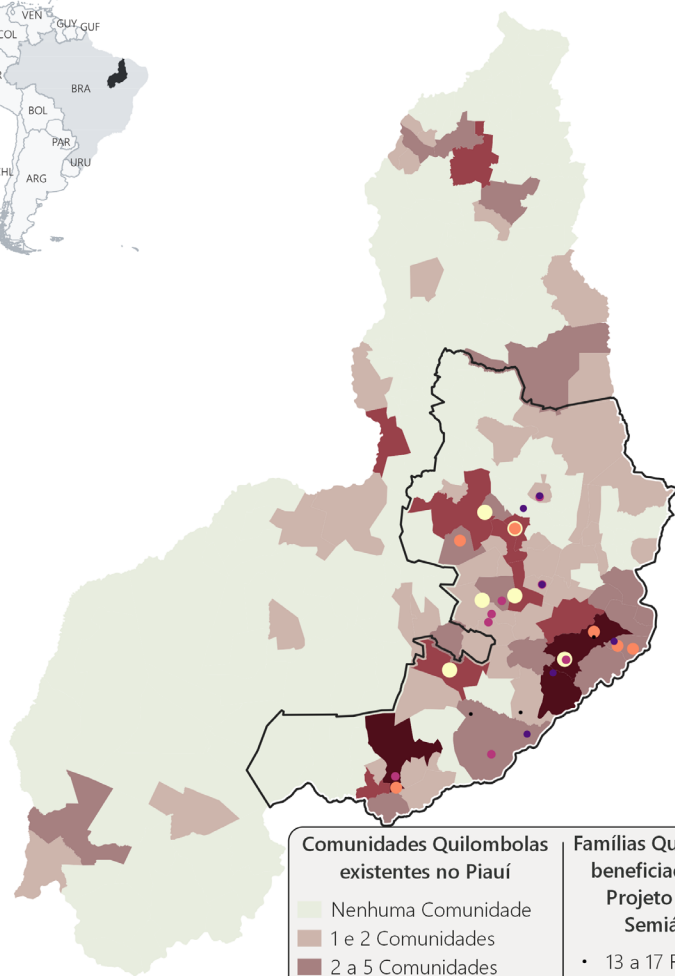
Comunidades Quilombolas beneficiadas pelo PVSA



O PVSA beneficiou, especificamente, 32 comunidades Quilombolas no Piauí, englobando um total de 987 famílias.

Essas comunidades Quilombolas representam a principal prioridade do PVSA, que as apoiam por meio do processo de capacitação e de fortalecimento da organização, além do apoio no que se refere aos projetos produtivos com recursos não reembolsáveis, viabilizando, portanto, a implementação das atividades produtivas, principalmente nas comunidades reconhecidas pela Fundação Palmares e nas organizadas por meio das associações.

Nesse sentido, o PVSA desenvolveu uma série de projetos para implantar ou otimizar atividades produtivas, garantir a geração de renda e melhorar a qualidade de vida dos moradores de comunidades Quilombo.



Comunidades Quilombolas existentes no Piauí

- Nenhuma Comunidade
- 1 e 2 Comunidades
- 2 a 5 Comunidades
- 5 a 8 Comunidades
- 8 a 11 Comunidades

Atuação do Projeto Viva o Semiárido

- Projeto Viva o Semiárido

Famílias Quilombolas beneficiadas pelo Projeto Viva o Semiárido

- 13 a 17 Famílias
- 17 a 21 Famílias
- 21 a 28 Famílias
- 28 a 41 Famílias
- 41 a 52 Famílias

Planos de Investimento Produtivo (PIPs)

O Governo do Estado do Piauí, por meio da Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR), em parceria com o FIDA, no âmbito do PVSA, também destinou recursos para as comunidades que possuem Planos de Investimento Produtivo (PIPs) aprovados. Esses PIPs têm como objetivo estimular a produção e a geração de emprego e renda nas áreas de apicultura, ovinocaprinocultura, avicultura, mandiocultura, fruticultura, quintais produtivos e artesanato.

Além disso, os PIPs promovem o desenvolvimento econômico e social das famílias beneficiadas, por meio da aquisição de novas instalações e equipamentos, da melhoria das condições de produção e do acesso a alternativas tecnológicas de convivência com o Semiárido.

Por exemplo, em uma determinada Associação, composta por famílias de comunidades Quilombolas, o processo de discussão e elaboração do PIP iniciou-se com o PVSA, de forma participativa e com apoio da assessoria técnica. Após a elaboração, ocorre o processo de avaliação do PIP. Quando aprovado, há a destinação do investimento com assessoria técnica para implantação e pós-implantação do referido PIP. Além disso, há o apoio ao aprimoramento das práticas de manejo e das condições de infraestrutura.



7.2 Sisteminhas: uma das iniciativas do PVSA em comunidades Quilombolas

Uma das iniciativas do PVSA é a implantação de sistemas de produção integrada de alimentos, os chamados Sisteminhas, que tem como objetivo levar autossuficiência alimentar às comunidades beneficiadas, além de inclusão em novos mercados. Proposta pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), essa tecnologia social pode ser considerada uma ferramenta importante no combate à fome e à miséria, tendo em vista que possibilita o consumo de proteínas, minerais, vitaminas, fibras e carboidratos contidos em carnes, ovos, verduras, frutas e legumes, atendendo, portanto, as recomendações nutricionais preconizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

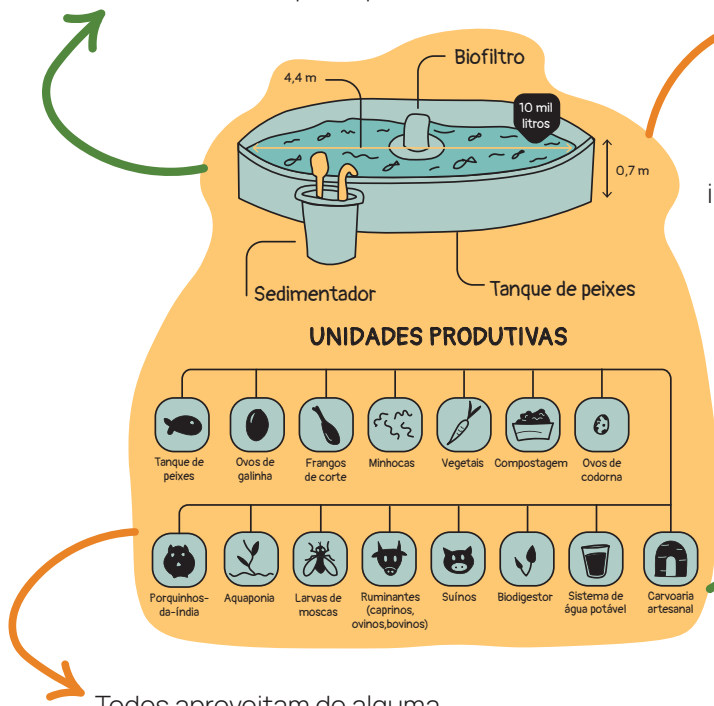
Nesse caso, a prioridade é obter uma diversidade de alimentos para o consumo próprio; já o excedente e sua comercialização podem ocorrer como consequência. Entre os vários reconhecimentos recebidos pela tecnologia, está o Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, concedido pelo Ministério da Integração Nacional em 2017.

O Sisteminha faz uso da piscicultura intensiva praticada em pequenos tanques, construídos com materiais diversos, como papelão, plástico ou alvenaria, com objetivo de reduzir os custos da implantação.

A partir da recirculação dos nutrientes provenientes do tanque de peixes, é possível obter um sistema de produção integrado e escalonado, incluindo frutas, hortaliças, aves e pequenos animais.



No sertão nordestino, que sofre com a escassez hídrica, a água para o tanque de peixes pode ser adquirida de caminhões-pipa. O pacote indica soluções relativamente baratas para a construção de um filtro biológico para aproveitamento da água, de uma bomba de recirculação e de aeração do tanque e de um sedimentador, que separa os resíduos sólidos do líquido.



O pacote básico do Sisteminha inicial indicado é composto por cinco módulos: tanque de peixes, galinhas de postura, compostagem, produção de minhocas e horticultura. Há ainda a possibilidade de criação de animais

Todos aproveitam de alguma forma os resíduos ricos em nutrientes produzidos pela piscicultura. Por exemplo, a ração industrial usada para alimentar os peixes acaba deixando disponível no tanque nitrogênio, fósforo, potássio, cálcio e magnésio – aproveitados depois para irrigação e adubação das plantas

O Sisteminha é uma forma de produzir sem agredir o meio ambiente, desde que haja um bom manejo da terra, cultivando hortaliças, vegetais e outras culturas no mesmo espaço e respeitando o ciclo biológico do solo, o que se configura como uma prática sustentável, bem diferente de monocultura com uso de fertilizantes e sem a necessidade de desmatar.

Um exemplo da implantação do Sisteminha em uma comunidade Quilombola no Piauí

A comunidade Quilombola São Martim é formada por descendentes de escravizados, está localizada a 32 km do município de Paulistana, no estado do Piauí, e possui mais de 150 anos de história. Nessa comunidade Quilombola, foram implantados projetos aprovados pelo PVSA, coordenados pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), em parceria com diversas entidades, entre elas o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí (EMATER-PI).

Assim, no final de 2020, a comunidade Quilombola São Martim recebeu equipes da SAF e do EMATER-PI, para a entrega de alevinos e de kits com ração destinados aos 25 tanques construídos na localidade, referentes ao projeto Sisteminha, que visa a produção integrada de alimentos.



Imagens: Página do Facebook da EMATER-PI (<https://www.facebook.com/ematerpi/posts/1643143565871730>).

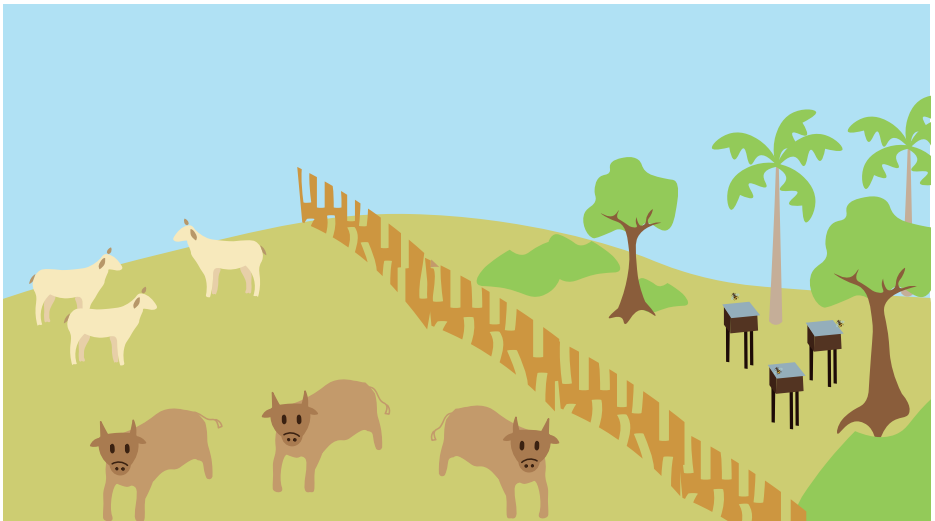
De 2016 a 2019, o Conselho Gestor do Projeto (CONGEP) do PVSA aprovou PIPs em 32 comunidades Quilombolas localizadas no estado do Piauí, beneficiando 987 famílias com investimentos totais de R\$ 8.453.542,11.

Tipos de PIPs e o valor total de investimento em cada região beneficiada pelo PVSA



¹ Planos de Investimento Produtivo

A atividade produtiva de ovinocaprinocultura é predominante nos PIPs. Em relação à apicultura, ela já se encontra consolidada no estado do Piauí, dada a existência de projetos estratégicos, em sua maioria, com a produção de mel orgânico, com certificação e com a comercialização para o mercado externo, principalmente, via duas entidades muito importantes: a Casa APIS de Picos e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Piauí (COMAPI).



7.3 Depoimentos de beneficiárias dos programas do PVSA no Piauí



Antônia Dias Pereira

Mendes Fontes, 43 anos, casada e com 2 filhos. A agricultora e presidente da Associação da Mulheres Organizadas Amor de Ipiranga reside na Comunidade Quilombola do Jardim, no município de Ipiranga/Piauí.

Antônia foi beneficiada com o Plano de Investimento Produtivo de criação de galinha caipira. Ao todo, em sua comunidade, foram beneficiadas 43 famílias com o projeto de galinha caipira.

De acordo com Antônia, o projeto propiciou o aumento da renda total da família, considerando o ganho de renda extra com a nova atividade produtiva de criação de galinha caipira, além de proporcionar ganho de experiências. O PVSA, por meio de suas ações, auxiliou a comunidade, trazendo melhorias. Por fim, a agricultora alegou que seria bom ter mais cursos profissionais para fortalecer as atividades produtivas da comunidade.

*Depoimento e foto disponibilizados por Antônia Dias Pereira Mendes Fontes, por meio do aplicativo WhatsApp



Juscelia de Carvalho Xavier, casada e com sete filhos – apenas um deles reside em sua casa. A agricultora e presidente da Associação da Comunidade Quilombola de Contente mora no município de Paulistana/Piauí.

Juscelia teve acesso ao Plano de Investimento Produtivo de apicultura e afirmou que ser beneficiária dessa ação do PVSA foi muito importante, porque ajudou muito com o aumento dos ovinhos e das caixas de abelha e, conseqüentemente, aumentou também a produção do mel e a renda proveniente dessa atividade.

“Mudou muitas coisas por ter aumentado a nossa produção do Mel. Foi muito bom, só temos que só agradece este projeto que chegou em boas horas [...]”

“A gente só tem a agradecer por esse PVSA, que foi importante para a nossa comunidade, teve um aumento nas rendas, graças a Deus. A palavra que eu digo hoje é só gratidão, é agradecer e esperamos que venha mais projetos para a nossa comunidade. Sou uma pessoa que gosta de trabalhar com abelhas, tenho paixão mesmo” (Juscelia de Carvalho Xavier).

*Depoimento e foto disponibilizados por Juscelia de Carvalho Xavier, por meio do aplicativo WhatsApp.

8. Considerações Finais

Nesta cartilha, procurou-se contribuir para o debate sobre as comunidades Quilombolas, além de demonstrar e divulgar a atuação do FIDA junto a esta comunidade tradicional, no estado do Piauí, por meio do PVSA. As comunidades Quilombolas representam identidades culturais próprias, simbolizam a resistência e preservam os costumes antepassados.

Consideradas “preservadoras ambientais”, por meio de práticas sustentáveis e de hábitos conservacionistas, as comunidades Quilombolas são de grande importância para o meio ambiente. Assim, é necessário reconhecê-las não somente como “povos”, mas também como um símbolo cultural e nacional. Além disso, atribuir a essas comunidades o direito às terras significa preservar a cultura brasileira.

As comunidades cadastradas no CadÚnico necessitam de apoio social, visto que a maioria está classificada em situação de extrema pobreza. Ademais, investimentos em educação e em saneamento básico devem ser priorizados nos territórios Quilombolas, minimizando as consequências históricas e preservando a identidade cultural.

Os projetos atuantes do FIDA e do Governo Federal representam o início do desenvolvimento socioeconômico e ambiental das comunidades, sendo de grande importância para os Quilombolas. As ações do FIDA, por meio do PVSA e dos PIPs, com as comunidades Quilombolas beneficiadas no Piauí, reforçam o comprometimento do Fundo com a promoção do desenvolvimento rural sustentável e inclusivo e com a agenda de redução da pobreza no país.

Por fim, com este material, espera-se ter contribuído para a ampliação do entendimento sobre as comunidades Quilombolas, proporcionando um diálogo com políticas públicas e com outras iniciativas, nacionais e internacionais, que visam reconhecê-las e valorizá-las.



Referências

ANÁLISE DINAMIZADA DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL – ANALISACAR. Carta Informativa 2021. Disponível em: <https://www.florestal.gov.br/documentos/car/analisar/4820-carta-informativa-analisa-car/file>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania – Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Comunidades Quilombolas. 31 jul. 2015a. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais/comunidades-quilombolas>. Acesso em: 20 fev. 2022;

BRASIL. Ministério da Cidadania – Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Povos e Comunidades Tradicionais. 2015b. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/povos-e-comunidades-tradicionais#:~:text=%20De%20acordo%20com%20essa%20Pol%C3%ADtica%2C%20Povos%20e, reprodu%C3%A7%C3%A3o%20cultural%2C%20social%2C%20religiosa%2C%20ancestral%20e%20econ%C3%B4mica%2C%20>. Acesso em: 20 fev. 2022.

CADASTRO ÚNICO DO GOVERNO – CadÚnico. Disponível em <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php>. Acesso em: 02 fev. 2022.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS – CONAQ . Cadastro Ambiental Rural em Territórios Quilombolas Sem Perda de Direitos. 2021. Disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/cadastro-ambiental-rural-em-territorios-quilombolas-sem-perda-de-direitos/>. Acesso em: 02 abr. 2022.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS – CONAQ. Boletim Informativo: A importância dos quilombos para a preservação do meio ambiente. vol. 4, 2022. Disponível em: <http://conaq.org.br/wp-content/uploads/2022/01/BI-4-%E2%80%93-A-IMPORTANCIA-DOS-QUILOMBOS-PARA-A-PRESERVACAO-DO-MEIO-AMBIENTE.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?edicao=27481&t=o-que-e>. Acesso em: 20 fev. 2022.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Diante da omissão do Estado, quilombolas avançam na implementação do Cadastro Ambiental Rural. 2021. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/diante-da-omissao-do-estado-quilombolas-avancam-na-implementacao-do-cadastro-ambiental-rural>. Acesso em: 02 abr. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA Passo a Passo da Titulação de Território Quilombola. 2020. Disponível em: https://antigo.incra.gov.br/pt/passo_a_passo_quilombolas. Acesso em: 05 abr. 2022.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

MOREIRA, P. A. M. S.; DINIZ, E. L.; GERMANI, G. I.; MACHADO, S. M. M. Comunidade Negra Rural Quilombola Porto Dom João: a Habitação no Contexto do Conflito por Terra. In: COLÓQUIO HABITAT E CIDADANIA, 3, Anais. Brasília, 2015.

PALMARES FUNDAÇÃO CULTURAL. Disponível em: https://www.palmares.gov.br/?page_id=52126. Acesso em: 26 abr. 2022.

PNUD– BRASIL. Ranking IDHM Unidades da Federação 2010. 2022. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf-2010.html>. Acesso em: 13 abr. 2022.

SANTOS, J. B. A Territorialidades dos quilombolas de Irará (BA): olaria, tapera e crioulo (Dissertação). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2008.

SANTOS, J. J.; FERREIRA, M. L. A. Os quilombos: considerações acerca da identidade étnica e territorialidade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 7, Anais. Montes Claros/MG, 2019.

SILVA, Simone Rezende da. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. 2012.



